



**ATA ORDINÁRIA Nº 2848/2020**

1  
2 Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para  
3 reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA  
4 do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA,  
5 em razão do decreto municipal a fim de *combater* o coronavírus e a propagação da  
6 pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e  
7 Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença  
8 dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular),  
9 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlio César Farias de Miranda (2ª  
10 Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular),  
11 **Gabinete do Prefeito – GP**; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), **Fundação Estadual de**  
12 **Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke  
13 (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio**  
14 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria**  
15 **Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Leonardo de Lima Marques  
16 (Titular), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e  
17 Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais**  
18 **– SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular),  
19 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires  
20 Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer  
21 (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Emílio  
22 Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –**  
23 **CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil –**  
24 **IAB/RS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio**  
25 **Grande do Sul - SENGE/RS**; Sérgio Koren (1º Suplente), **Sindicato das Indústrias da**  
26 **Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de**  
27 **Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE**  
28 **CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP.**  
29 **1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP.**  
30 **2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de**  
31 **Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de**  
32 **Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de**  
33 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),  
34 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de**  
35 **Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de**  
36 **Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de**  
37 **Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP -**  
38 **HOCDDA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria**  
39 **Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1.  
40 **Abertura**; 2. **Votação Atas**; 3. **Comunicações**; 4. **Ordem do Dia**. Após assinatura da lista  
41 de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. **1. ABERTURA.**  
42 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
43 **Sustentabilidade – SMAMS**: Vamos iniciar a nossa reunião ordinária. Desejo a todos que  
44 tenhamos uma excelente noite de debates, construção, aprendizado, troca. Lembrando  
45 que a gente tem hoje uma inscrição externa da Comunidade Santa Paula e da



46 Desocupação de Moradores da Barra do Parque Saint' Hilaire, por sugestão da  
47 Conselheira Maristela. Depois temos alguns inscritos para o período de Comunicação. Nós  
48 distribuímos a nossa pauta, acho que todos têm acesso aos temas deliberados na última  
49 reunião, na ordem que votamos. No dia 27/08 temos a primeira apresentação, dessa pauta  
50 sem processos, para a gente trazer esses assuntos diversos, de importância para a  
51 cidade. Vai ser a primeira situação que a gente vai trazer no dia 27/08. Vou pedir para a  
52 equipe do planejamento, junto com a Gisele, enfim, que eu acho que está organizando  
53 essa pauta para que a gente faça esse primeiro modelo assim, até já delibere, assim como  
54 nós temos os nossos procedimentos no CMDUA, a gente vai ter que ter também esse  
55 modelo de funcionamento para essas pautas mais abertas, que não são, necessariamente  
56 um processo. Ao final a gente tem que produzir um relatório dessa discussão, ter uma  
57 conclusão. Eu acho bem interessante, que a gente vai trazer nesse primeiro encontro, em  
58 27/08. Nesse sentido eu passo a palavra para a comunicação externa. Está liberado o seu  
59 microfone. Só indicaram a entidade, mas não temos o nome. O Professor Rui é o que está  
60 presente. **Rui (convidado) Associação de Moradores do Loteamento Santa Paula:** Boa  
61 noite a todos. Então, solicitamos este espaço aqui. Eu sou presidente da Associação de  
62 Moradores do Loteamento Santa Paula, que fica na Vila dos Herdeiros, também conhecido  
63 popularmente como Cafuncho. É uma região na beira da barragem do Parque Saint'  
64 Hilaire. Então, é uma área de risco, né. Nós temos várias famílias que têm problemas com  
65 enchentes, uma série de problemas, além de toda a falta de infraestrutura. São famílias  
66 que vivem ali, muitas há muito tempo, têm suas relações, tem a sua vida já toda  
67 organizada no entorno, na unidade. A nossa comunidade é bem servida de educação  
68 infantil, de posto de saúde, transporte é tranquilo. Então, as pessoas vivem, apesar da  
69 precariedade do lugar, né, as pessoas têm uma vida bem estruturada. E agora está tendo  
70 um processo com o DEMHAB de visita a essas famílias, de entrevistas a essas famílias  
71 para fazer a remoção. Então, as famílias solicitaram a nós, né, que a gente acompanhasse  
72 um pouco esse processo. E para a gente saber um pouquinho como é que está sendo,  
73 qual o destino dessas famílias, quais são os prazos e tal. Então, a gente fez, apesar da  
74 pandemia eles nos reuniram na rua mesmo e nos chamaram para a gente conversar e  
75 tentar auxiliá-los nesse momento. E a gente fez essa assembleia e os moradores  
76 demonstram preocupação, porque existem muitas visões diferentes do que vai acontecer,  
77 não se sabe bem ao certo se vai haver remoção, para onde vai, em quanto tempo. Então,  
78 são dúvidas que a gente queria tirar. E a gente até fez um ofício. Aqui tem um movimento  
79 que está atuando na comunidade desde que nós tivemos problemas com a represa. Teve  
80 um tempo que se falava de rachaduras na represa, teve um tempo também que nós  
81 tivemos um mau cheiro na comunidade e depois foi identificado que é do apodrecimento  
82 das macrofitas que se proliferaram lá na barragem. Então, por causa disso tem um  
83 movimento que está organizando, que é um movimento nacional dos atingidos por  
84 barragens. Esse movimento tem uma atuação na comunidade e foi ele que fez a  
85 solicitação, mandou um ofício para o DEMHAB pedindo esclarecimentos, pedindo uma  
86 reunião e tal. E o DEMHAB tem nos negado essa reunião, esses esclarecimentos para a  
87 população. Então, o que a gente está pedindo é isso, que haja um processo bem claro de  
88 remoção, para onde as famílias vão e garantias também de que essas famílias serão bem  
89 atendidas no destino que elas tiverem. Essa é nosso pedido e nossa reivindicação.  
90 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
91 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Rui, pela manifestação. Aqui presentes nós temos  
92 os conselheiros do DEMHAB, se, porventura, tiver algum contato. O município atua nas



93 suas mais diversas secretarias, são várias as políticas. Então, cada secretaria tem a sua  
94 área de atuação, seus contatos com a comunidade, enfim, suas relações. Imagino que o  
95 DEMHAB tenha uma interlocução para tratar desses assuntos lá. Enfim, não sei se vocês  
96 têm um contato para disponibilizar, quem são as pessoas responsáveis, para que vocês  
97 possam ter esse contato direto lá, naturalmente, com o DEMHAB para dar esses retornos.  
98 Nós temos na pauta do nosso Conselho um tema de regularização fundiária, que a gente  
99 vai debater de uma forma mais ampla, porque é um assunto que assola toda a cidade. E  
100 vamos ter a oportunidade de apresentação do DEMHAB, que a gente, inclusive, vai ter que  
101 estruturar isso com o Conselheiro Furtado, para ver qual a empresa, quem que nós vamos  
102 trazer, convidar. Depois vou trocar uma ideia com vocês aí, com a Camila também, para a  
103 gente organizar essa pauta. Então, eu encerro a inscrição para o período de  
104 Comunicação. A gente tem inscrito o Conselheiro Furtado, Conselheiro Felisberto,  
105 Conselheiro Cláudio, Conselheiro Jackson e a Conselheira Maristela. Também o  
106 Conselheiro Paulo Jorge, Conselheiro Rafael e Conselheira Tânia. Temos bastantes  
107 inscritos. A Conselheira Maristela tem uma Questão de Ordem ou é comunicação?  
108 **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: É**  
109 **Questão de Ordem, Secretário. É o seguinte, semana passada eu não pude fazer uma**  
110 **intervenção em relação aos que estiveram presentes, mas hoje eu faço questão de fazer.**  
111 **O senhor, além de ser o nosso Presidente do Conselho, o senhor também é Secretário da**  
112 **SMAMS. Então, o que a gente gostaria, Secretário? Que o senhor nos ajudasse a agilizar**  
113 **essa reunião com o DEMHAB e que a SMAMS estivesse presente também, porque diz**  
114 **respeito ao Parque Saint' Hilaire, onde a parte que nos toca faz patê da Secretaria que o**  
115 **senhor tem ingerência. Então, é isso que a gente queria deixar aqui pautado,**  
116 **encaminhado, que nós garantíssemos não só com o DEMHAB, mas também com a nossa**  
117 **secretaria para que a gente garantisse essa reunião em conjunto. Então, eu gostaria que**  
118 **até o final da reunião nós agendássemos esse encaminhamento. Então, peço, por favo,**  
119 **Secretário, porque daqui a pouco eu vou ter que, inclusive, me afastar para outros**  
120 **continuarem representando, mas gostaria muito de que isso ficasse encaminhado, porque**  
121 **a população está muito preocupada, Secretário. Germano Bremm, Presidente e**  
122 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado,**  
123 **Conselheira Maristela. Não sei de que forma a Secretaria pode ajudar em relação a isso,**  
124 **porque de fato é uma política cujo DEMHAB está fazendo. A gente pode encaminhar aqui**  
125 **do Gabinete uma solicitação de agenda, enfim. A nossa Secretária Adjunta talvez esteja**  
126 **por dentro da questão das pautas em relação às unidades de conservação. De fato, em**  
127 **relação à remoção das famílias existe uma logística do DEMHAB e a gente não participa,**  
128 **não tem tanta familiaridade com o tema, não sei como poderíamos ajudar. Passo a palavra**  
129 **ao Conselheiro Furtado, primeiro inscrito para o período de Comunicação. 3.**  
130 **COMUNICAÇÃO. José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento**  
131 **Municipal de Habitação – DEMHAB: Boa noite, Secretário Presidente, Camila, Senhores**  
132 **Conselheiros. Eu entrei nesta reunião hoje para me despedir. Eu não sobrevivi ao DOPA**  
133 **de hoje, fui exonerado no DOPA da data de hoje e fiz questão de entrar para agradecer**  
134 **aos quase 8 anos presente neste Conselho do Plano Diretor, fiz o meu melhor, participei**  
135 **da tratativa e das discussões, participei de inúmeras formas, tudo em prol da nossa**  
136 **cidade. Eu tinha buscado informações por conta da questão da Nova Barreto, que a**  
137 **Conselheira Maristela, se eu não me engano, foi isso que tentou informar. E sobre a**  
138 **questão da Vila Herdeiros, que existe uma ação toda hoje dentro do DEMHAB para esses**  
139 **casos, não só da Herdeiros, quanto da Vila Nova Barreto. Eu deixo a Prefeitura depois de,**



140 desde a época de Fogaça, quase 10 anos trabalhando, fiz o meu melhor participando de  
141 números governos e estou à disposição, sempre estarei à disposição do nosso município.  
142 Fiz um bom combate, fiz o meu melhor e estou sempre à disposição. Então, entrei hoje  
143 para agradecer a este Conselho, as amizades, as ajudas, as discussões democráticas e  
144 lamento, porque eu faço parte de tudo que envolve a regularização fundiária no Município  
145 de Porto Alegre. Já encaminhei aos setores da PGM, provavelmente, a Simone Somense,  
146 à Supervisão de Habitação e a Coordenação de Urbanismo para montar uma  
147 apresentação de regularização fundiária, que foi aprovada para o dia 24 de setembro.  
148 Também está presente hoje a primeira suplente, a Sra. Lisiane, do DEMHAB, que a partir  
149 de hoje assume a titularidade do DEMHAB e se assim a direção o quiser. Vou encaminhar  
150 todas essas questões referentes a Herdeiros e Vila Nova Barreto para a Conselheira  
151 Lisiane, para, posteriormente, ou reuniões no DEMHAB, ou até mesmo em  
152 pronunciamento dentro deste Conselho. Eu agradeço, afetuosamente, o apoio que obtive  
153 de todos os colegas deste conselho e todos os colegas da Prefeitura. E volto a dizer,  
154 novamente, que estou à disposição para auxiliar no que for preciso. Muito obrigado e me  
155 desculpem, mas vou me retirar neste momento. Muito obrigado. **Germano Bremm,**  
156 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
157 Muito obrigado, Conselheiro Furtado. Eu queria em nome da Cidade de Porto Alegre,  
158 deste Conselho, agradecer ao profissionalismo, o trabalho brilhante que vem  
159 desempenhando ao longo dos anos, sempre com muita maturidade, muita tranquilidade,  
160 enfrentando os mais diversos temas, agregou uma experiência muito grande na  
161 administração. Não há dúvida do prejuízo da Cidade de Porto Alegre em perder um quadro  
162 tão importante que vem ao longo desses anos contribuindo tanto para um debate  
163 agregador, tanto no DEMHAB fazendo toda a ponte, um relacionamento deste Conselho  
164 com o Departamento Municipal de Habitação. Enfim, fez uma caminhada na Secretaria do  
165 Meio Ambiente, por onde passou sempre construir boas relações, com boas amizades. Eu  
166 não tenho dúvida que em seguida a Cidade de Porto Alegre lhe traz de volta pela  
167 importância que tem, pelo carinho e pelo trabalho, pelo reconhecimento. Acho que essas  
168 questões um pouco da vida acontecem, essas dinâmicas de políticas, que por muitas  
169 vezes acabam talvez trazendo alguns prejuízos, mas eu tenho esperança, tenho fé que  
170 logo em seguida esteja de volta conosco neste Conselho, de volta para a Cidade de Porto  
171 Alegre. Obrigado pela parceria de sempre, nosso agradecimento em nome deste Conselho  
172 do Plano Diretor, em nome da Cidade de Porto Alegre. E bem-vinda, Lisiane, que vem se  
173 somar ao time. Tenha um bom trabalho aqui conosco também, de debate, construção,  
174 crescimento, aprendizado sempre. Este Conselho te recebe com todo o carinho e atenção.  
175 Na sequência a gente tem o Conselheiro Felisberto inscrito no período de Comunicação.  
176 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**  
177 Boa noite a todos e a todas. Quero lamentar, profundamente, a saída do Furtado, que é  
178 uma memória e seria uma boa contribuição com relação à regularização fundiária.  
179 Profundo conhecedor desse tema, trabalhando na questão ambiental, regularização de  
180 muitas comunidades que dependiam de uma análise ambiental. Então, é uma perda não  
181 só para este Conselho, mas para a Cidade e para a regularização fundiária. E quero  
182 propor, Secretário, era a minha Questão de Ordem, que não foi atendida, exatamente  
183 tratar desse tema da regularização fundiária. E uma das pessoas que deveria estar  
184 presente, ser convidada, seria o companheiro Furtado por sua história, por sua trajetória. E  
185 ele falou da Simone Somense, que é a que controla e que tem toda a responsabilidade na  
186 PGM sobre o processo da regularização fundiária. Então, essas duas pessoas seriam



187 fundamentais, mais com a Patrícia e com outros que poderiam fazer esse trabalho. A  
188 segunda questão que me traz aqui é a questão do livro, que eu estou aguardando  
189 contribuições, que é a parte mais legal, não tem muita dificuldade, mas gostaria que cada  
190 Conselheiro pudesse fazer uma observação, uma contribuição para que a gente fizesse  
191 um documento coletivo para o livro que está sendo feito pelo Fórum Municipal dos  
192 Conselhos. E a terceira questão, agradecer aos que assistiram a live no sábado e teve  
193 problemas na questão da internet. Então, nós temos gravado só uma hora final, quem  
194 assistiu poderá fazer o comentário. Desde já quero pedir desculpas aos que tentaram  
195 entrar e não conseguiram. Estamos pretendendo fazer uma segunda e na primeira semana  
196 de setembro farei uma sobre a regularização fundiária. Estou intimando os convidados e  
197 convidadas, pessoas altamente conhecedoras do processo, uma delas já posso adiantar  
198 que é a Dra. Vanessa, ex-procuradora do município, a Dra. Vanessa Presser, profunda  
199 conhecedora desse processo de regularização fundiária. O Gilson Lima, um dos criadores  
200 do programa da regularização fundiária e o Luiz Steffano que é um professor da UFRGS,  
201 também conhecedor desse tema, sociólogo que participou ativamente desse processo.  
202 Será no primeiro sábado de setembro, eu ainda não sei se é 1º ou 02 de setembro, vou  
203 olhar no calendário e na próxima reunião do CMDUA estarei fazendo o convite, dizendo  
204 qual o dia que será. E nesta quinta-feira foi convidado pelo Vereadores Sgarbosa, pré-  
205 candidato a vereador, junto com a Maria Etelvina, para falar sobre participação e  
206 legitimidade no Plano Diretor. Será às 11 horas. Obrigado, era isso. **Cláudio Maineri de**  
207 **Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional –**  
208 **METROPLAN:** Boa noite. Eu gostaria só de fazer aqui um registro desta importante  
209 iniciativa do Conselheiro Felisberto em ter organizado, em ter promovido essa live no  
210 sábado passado. Trazendo convidados técnicos e gestores que registraram um pouco do  
211 importante processo da Participação Popular no planejamento Urbano em Porto Alegre ao  
212 longo das últimas décadas. E propor esse exemplo que foi dado como um espaço  
213 complementar aos espaços que vão ser abertos aqui no Conselho para debate livre, mais  
214 amplo dos temas necessários de serem discutidos na revisão do Plano Diretor. Então, é  
215 um espaço que se abre, uma possibilidade da gente aproveitar essas ferramentas muito  
216 úteis das plataformas, para que também outros técnicos, outras pessoas que estejam  
217 externas ao Conselho possam nos alimentar com informações, com pareceres, com a sua  
218 visão desses diversos temas aí, pelos quais nós vamos ter que passar nas discussões,  
219 nos debates de revisão do Plano Diretor. Era esse o registro que eu gostaria de fazer,  
220 cumprimentar o Conselheiro Felisberto pela sua iniciativa e que ela sirva como exemplo  
221 para os demais conselheiros promoverem também esses espaços complementares de  
222 debates. Obrigado. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de**  
223 **Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos e a todas. Primeiro lugar, eu  
224 acho que a gente precisa corrigir uma injustiça com relação ao que foi recebido dos temas  
225 enviados, solicitado por nós como pautas, até porque uma das pessoas que mais defende  
226 a regularização fundiária, não só dentro deste Conselho, é o Felisberto e isso foi constado  
227 lá como só duas regiões solicitando como “campeãs” desse negócio. Em segundo lugar,  
228 eu queria agradecer ao Felisberto também, eu participei da live desde o início, até o final.  
229 Achei que foi um resgate não só histórico, porque se puxou lá de 39 para cá, mas focando  
230 de 79 para cá e é importante para nós todos que tenhamos conhecimento disso. Acho que  
231 esse é um tema que a gente pode trabalhar muito, Felisberto, na colocação do nosso  
232 grupo que vai encaminhar para o livro dos conselhos. E é importante, realmente, nós  
233 pudemos, além de conhecer um pouco mais desse histórico, entender os mecanismos que



234 levaram a criações de cada um dos planos. Isso foi um tema bem importante e de que  
235 maneira se chegou até eles. Era isso por hora. Muito obrigado. **Paulo Jorge Amaral**  
236 **Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite,  
237 pessoal. Tudo bom? É lamentável a perda do Furtado neste Conselho, porque era um  
238 Conselheiro com bom esclarecimento do DEMHAB. É uma perda lamentável. Eu quero  
239 pegar o telefone do Furtado, porque preciso que no debate da Região Cruzeiro, de  
240 regularização fundiária, que vai ser muito importante estar com ele. Pessoal, todas as  
241 quartas-feiras tem a Rádio Abolição, que é uma rádio que foi criada para falar dos  
242 invisíveis. Já estive lá o nosso amigo Gomes, o próximo convidado vai ser o nosso amigo  
243 do Conselho, eu vou convidar tanto o Adroaldo como o Jackão e o Felisberto para falar  
244 sobre regularização fundiária e também das suas vilas. E assim vamos levando, toda  
245 semana é um debate sobre os invisíveis. O que são os invisíveis? São aquelas pessoas  
246 que trabalham na cidade, mas não aparecem no contexto geral. A Rádio Abolição tem  
247 esse papel importante. Eu quero colocar para o Conselho sobre a pandemia. O nosso  
248 Conselho nós está nem comentando a pandemia em Porto Alegre e eu acho que o  
249 Conselho tem que fazer, porque se está fazendo as reuniões não presenciais é porque a  
250 coisa está feia. O vírus da pandemia veio da classe média alta, veio da Europa, dos  
251 burgueses, do rico viajando e trouxe para o Brasil essa bomba desse vírus. Agora ele  
252 entrou nas vilas, na população carente, que não tem condições de vencer isso aí. E a  
253 Região Cruzeiro está em lockdown. Por que isso? Quem pega vírus na Carlos Gomes, na  
254 Goethe, são apartamentos, salas, salários altos, podem ficar isolados, mas quem pega o  
255 vírus na favela, em vila, vai ficar isolado onde? É o papeleiro, o guardador de carro, aquele  
256 que vive o dia a dia, aquele que tem um pequeno boliche, aqueles que não têm condições  
257 de chamar o cara para fazer entrega. Então, pega os vírus e se alastra. E a Saúde não  
258 está fazendo o seu pape. Por quê? Ali mora o negro, o índio, o pobre. Então, para a Saúde  
259 não estão dando bola e está acontecendo. A Região Cruzeiro, no dia 01/08 tinha 150  
260 casos e 08 óbitos, no dia 14/08, sexta-feira passada, já estava em 422 casos confirmados  
261 e 30 óbitos, só na Cruzeiro, fora Cristal e Glória, que o total está em 1.200 casos  
262 confirmados nesta Região 05. Por exemplo, bairro Cristal, Grande Cruzeiro... (Sinalização  
263 de tempo esgotado). Medianeira, Glória, Cascata e Belém Novo, são 1.122 casos  
264 confirmados. Então, o que eu quero dizer, meu Secretário, desculpa passar um pouco do  
265 tempo, mas a situação está lastimável de lockdown. E a Saúde não está dando bola, que  
266 diz que é normal. No Centro, no calçadão, na Borges, o prefeito fechou as lojas, né. Só  
267 que na favela funciona o supermercado, lojas, tudo aberto, normal. Então, é lastimável,  
268 mas a situação está assim na favela, colocando essa situação para vocês. Obrigado.  
269 **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:**  
270 Boa noite, colegas. Muito breve, cumprimentar o Furtado, nossos cumprimentos e sucesso  
271 na nova etapa, Furtado, quem sabe poder te dedicar pela tua paixão pelos peixes, que eu  
272 sei que tem como biólogo essa paixão aí. Bom, informar, divulgar que o debate amanhã,  
273 realizado com a OAB/RS sobre participação nas revisões de Plano Diretor durante  
274 pandemia, um debate importante realizado pela comissão de direito urbanístico da OAB. E  
275 sugiro aqui algum encaminhamento mais formal do CMDUA em função dessa demanda  
276 trazida pelo cidadão da Lomba, pelo representante da Lomba e de moradores. Então, que  
277 a gente possa acompanhar com relatos, tanto da RGP. 07, e sai algum encaminhamento  
278 que se deve ao DEMHAB, que a gente possa estar acompanhando, com algum relato  
279 breve, comunicações pelo menos, seja por e-mail, para acompanhar essa questão que é  
280 importante... (Inaudível/interferência no áudio). **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região**



281 **de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos e a todas. Eu gostaria  
282 também de parabenizar o conselheiro, nosso colega furtado, que agora vai descansar um  
283 pouco, né, depois de tanta batalha. Nós vamos sentir falta e gostei bastante da ideia do  
284 Felisberto de chamá-lo para essa nossa reunião que nós teremos sobre a regulamentação  
285 fundiária. Ele vai ser de extrema importância, por tudo que o Furtado fez, com todo o  
286 conhecimento que ele tem nesse tema. E eu como faço parte do Conselho de Cultura aqui  
287 da Região Leste, não posso deixar de parabenizar a classe artística por essa vitória que  
288 nós tivemos com a aprovação do projeto de lei, de autoria da Deputada Benedita da Silva,  
289 do PT do Rio de Janeiro, que se chama a Lei Aldir Blanc, que trata de ações emergenciais  
290 para o setor da cultura, tão atingida nessa pandemia terrível. Todos fomos atingidos, mas  
291 o setor cultural está assim, né... Então, finalmente, foi aprovado no dia 17 de agosto o  
292 projeto de lei, finalmente, foi aprovado. Então, teve uma grande mobilização nacional.  
293 Então, eu não posso deixar de parabenizar e falar a todos que estamos muito felizes com  
294 tudo isso, finalmente. A classe cultural vai poder respirar um pouco, né, não é muita coisa,  
295 mas ajuda e ajuda bastante neste momento de pandemia. É só isso e muito obrigada.

296 **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**  
297 **SOCECON/RS:** Boa noite a todos. Eu queria fazer uma breve comunicação, principiando  
298 por uma observação sobre as atas, as duas atas, que são atas do nosso Conselho sempre  
299 densas, a 2836 foi divulgada ontem às 7 horas e a 2837 foi divulgada ontem às 16 horas.  
300 Eu acho muito pouco tempo para nós termos condição de leitura e exame para submetê-  
301 las à votação. Eu pediria que elas fossem votadas na nossa sessão da próxima semana. É  
302 um pedido. Examinando os meus registros sobre a votação da última quinta-feira, eu  
303 verifiquei que pelas minhas contas 15 conselheiros votaram sobre as questões das  
304 reuniões extraordinárias. Faltariam 12 ou 11 conselheiros para votar. Por isso eu gostaria  
305 de saber se não seria adequado e útil que os demais conselheiros que não votaram  
306 tivessem a condição de fazer, abrindo outro prazo para essa votação. E sobre a live do  
307 sábado considere muito importante. Quero agradecer e dar os parabéns ao Felisberto e a  
308 todos os profissionais que contribuíram para a densidade de informação e da história  
309 recente de Porto Alegre, sobre os Planos Diretores e sobre o entendimento da gestão  
310 pública. Não entendi agora, por que, qual é a razão do Conselheiro Furtado se afastar,  
311 acho realmente muito lamentável. Não entendi quis as razões dele, não entendi porque  
312 entrei já atrasado na reunião, pela dificuldade de conexão, mas acho importante registrar  
313 que nesse período que nós estivemos convivendo com ele, foi uma convivência muito rica  
314 e produtiva, muitas vezes divergindo, mas com muito respeito mútuo, o que é muito  
315 importante dentro de um Conselho complexo como este que nós temos. E sobre a questão  
316 que o Paulo Jorge levantou, eu realmente não sei por que a questão comunitária da saúde  
317 dentro da Cruzeiro, eu acho que teria que começar por uma reunião coletiva com as  
318 pessoas para intervir nesse tema, porque a comunidade precisa também compartilhar  
319 muito dos cuidados necessários. Obrigado, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e**  
320 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,  
321 Conselheiro Mark. Acato a sugestão de colocarmos para deliberação as atas na próxima  
322 reunião, para que os conselheiros tenham mais tempo. A taquígrafa está bem apertada aí,  
323 está nos pedindo prazo para poder ouvir toda a reunião e fazer a transcrição das reuniões.  
324 Por isso que veio um pouco em cima. Acredito que não tem problema colocar para a  
325 próxima reunião. Com relação à votação. Com relação à votação, foi dada a oportunidade,  
326 a gente estava com a reunião aberta, todos que quiserem se manifestar, é uma opção dos  
327 conselheiros. Então, é nesse sentido que a gente elegeu. As pautas estão todas



328 preparadas aí. Nesse sentido, senhores conselheiros, já são 18h43min, vamos avançar na  
329 nossa pauta, até porque a gente tem a oportunidade de debater, temos uma pauta extensa  
330 na reunião, para a gente ter esse tempo disponível e até deliberar os outros assuntos.  
331 Conselheira Maristela, Questão de Ordem. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão**  
332 **de Planejamento Sete – RGP. 7:** Já foi encerrada a comunicação? Eu estava inscrita em  
333 comunicação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente**  
334 **e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na verdade, a senhora fez uma comunicação. Se era  
335 Questão de Ordem eu posso lhe... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**  
336 **Planejamento Sete – RGP. 7:** (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm,**  
337 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
338 Desculpa, Conselheira, mas eu entendi que a sua fala não era para o período de  
339 comunicação. Então, abro a sua fala. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**  
340 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Primeiro, quero dar as boas vindas para a Lisiane, nós já  
341 tivemos contato com ela na região, na questão de (Inaudível/interferência no áudio)...  
342 Então, se puder deixar teu telefone, porque precisamos conversar sobre duas questões  
343 que dizem respeito ao DEMHAB, tanto a questão da semana passada, da questão da  
344 Nova Barreto. Tanto como hoje, a questão da barragem da Lomba do Sabão. Diga-se de  
345 passagem, Rafael, muito obrigada, porque a barragem não é o problema da Lomba do  
346 Pinheiro, nem mesmo a ocupação, é um problema da cidade. Eu não tenho vaidade de  
347 ajudar nas (Inaudível/interferência no áudio) de outros conselheiros, mas é relevante para  
348 a cidade. O Secretário foi muito sensível colocando à disposição em relação à questão  
349 (Inaudível/interferência no áudio)... Então, Lisiane, a tua primeira tarefa, estou sugerindo,  
350 né, não vou te mandar, mas sugerindo que nos dê o retorno da questão tanto da Nova  
351 Barreto, que parece que o (Inaudível/interferência no áudio) havia encaminhado, até  
352 queria a solidariedade de todos. Por favor, se puder fazer em conjunto com a SMAMS  
353 seria muito importante, porque as duas áreas, Secretário, dizem respeito a áreas de risco  
354 e proteção ambiental. E a barragem está dentro do Parque Saint' Hilaire. Então, o senhor  
355 sabe melhor do que eu que o Parque Saint' Hilaire diz respeito à SMAMS sim. Então,  
356 muito obrigada, Secretário, Plano Diretor tolerância de ter possibilitado me manifestar  
357 novamente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
358 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Imagina, está no seu direito. Obrigado, Conselheira  
359 Maristela. Eu vou deixar aqui o contato para solicitação de agenda. Eu peço para a nossa  
360 Secretária Adjunta receber, a Viviane Diogo, sobre as unidades de conservação, tudo  
361 mais. Eu acho que ela tem uma boa condição de dar o relato do que está se tratando,  
362 como é que estão encaminhando o assunto da parte ambiental, vamos dizer assim, porque  
363 está dentro da área de conservação. A gente não fez nenhuma remoção ou movimento  
364 nesse sentido, porque tem a questão do DEMHAB, algum encaminhamento para aquelas  
365 famílias que habitam. Então, fica nessa tratativa com o DEMHAB. Senhores Conselheiros,  
366 então, o ITEM 4.01: Processo 002.3329411000, IGREJA PENTECOSTAL ASSEMBLEIA  
367 DE DEUS. É um EVU, um processo cujo relato é do Conselheiro da SAERGS. É um  
368 processo que foi distribuído em 10/09/2019. Teve prazo para relato, prorrogação, houve  
369 uma diligência da SAERGS à PGM, que ficou por bastante tempo. A gente conseguiu  
370 agora inserir junto neste debate. A gente conseguiu trazer esse retorno da diligência. Na  
371 verdade, o processo retornou em 21/11/2019, aí teve o relato, solicitaram nova diligência à  
372 PGM em 10/12/2019. E o retorno foi em 10/08, disponível no SEI. A equipe vai fazer um  
373 breve resumo. Depois passo ao Conselheiro Hermes para o relato. **Vaneska Paiva**  
374 **Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**



375 – **SMAMS:** Eu vou apresentar de maneira bem breve, considerando que vai se RO relato  
376 do conselheiro hoje. É o Expediente 002329411000, trata-se do Estudo de Viabilidade, em  
377 função de regularização de edificação existente, quanto ao uso para atividade de templo,  
378 com porte acima de 1500 m<sup>2</sup>, conforme determina o anexo do Plano Diretor que se refere.  
379 Templo Igreja Pentecostal Assembleia de Deus Ministério Restauração, com área  
380 adensável superior a 1500 m<sup>2</sup>, área de escritórios administrativos da igreja, livraria, loja  
381 relacionada com a igreja, rádio da igreja e um café da igreja também. Ainda adicionam  
382 informações sobre horário de funcionamento, acessos e consumo de água no processo,  
383 que a gente não trouxe para cá essas informações, porque estão referidas no processo.  
384 Com relação à solicitação, só detalhando um pouco mais, o requerimento de abertura, que  
385 foi protocolado em 18/03/2019. A viabilidade face regularização de edificação existente. As  
386 características estão mencionadas pelo responsável técnico. A localização dentro de Porto  
387 Alegre, na RGP 01, próximo do entorno da rodoviária, nesse quarteirão demarcado em  
388 laranja. É dentro do bairro Floresta, a Av. Farrapos e a Av. Voluntários, onde tem o 4º  
389 Distrito. Aqui tem a planta com as edificações que existem hoje nessa parcela, nesse lote.  
390 As análises técnicas envolveram as áreas que já mencionei, que fazem parte da comissão.  
391 A gente pontuou cada uma das questões técnicas, com relação à drenagem fluvial. Não  
392 teve oposição e foi informado que atende aos preceito da secretaria fim desse tema. Em  
393 relação ao transporte e circulação a EPTC se manifestou favorável e colocou alguns  
394 condicionantes para a etapa de aprovação de projeto arquitetônico, mencionado nos  
395 ajustes finais. O meio ambiente também não teve oposição nesse expediente. A cultura  
396 com relação à compatibilização não teve oposição da equipe no pretendido, porque não se  
397 entendeu que existia conflito no patrimônio histórico que existia na região. A SMED  
398 também sem oposição. Da mesma forma a Fazenda colocou as informações de praxe.  
399 Com relação a obras e viação, a SMIM também não manifestou oposição. Com relação à  
400 saúde, a questão de previsão de equipamentos públicos, tendo em vista não ter previsão  
401 de parcelamento de solo, nem a questão de adensamento em relação a essa atividade que  
402 gerasse necessidade de equipamentos, também não tem nenhuma manifestação  
403 específica. E com relação à ocupação e uso do solo, foi realizada uma análise mais  
404 completa e se manifestou pelo deferimento, sem óbice, coloca ali o detalhamento da  
405 proposta, que já foi mencionado. Coloca as atividades que existem dentro do terreno,  
406 terreno de 3135 m<sup>2</sup> com duas frentes e de formato irregular, aquele formato que vocês  
407 viram que ele faz pelo quarteirão que não é um retângulo perfeito, tem alguns recortes. E  
408 para tanto não vemos prejuízo urbanístico para a operação quanto à regularização do  
409 exposto e verificação das condições deste EVU na etapa de vistoria e possíveis  
410 fiscalizações. Menciona outras etapas onde deverão ser avaliadas as outras questões.  
411 Com relação às adequações solicitadas, a EPTC colocou alguns condicionantes para o  
412 arquitetônico, que eu tinha mencionado anteriormente. Então, com relação aos acessos  
413 reforça a necessidade do funcionamento dos acessos com portões abertos, controles e  
414 cancelas recuadas, conforme declarada. Menciona no resultado do proponente e  
415 demonstrado na planta de EVU para evitar conflitos com passeio público e formação de  
416 filas de veículos nas vias. Então, para não ter esse conflito da atividade do fluxo que ela  
417 gera no quarteirão. Espaço de pedestre deve atender as dimensões definidas em  
418 legislação, enfim. Em relação ao número de vagas até aqui não tinha aquela cessão de  
419 vagas. Então, deverá ser realizado o número de vagas obrigatórias do empreendimento e  
420 o projeto deverá restringir-se ao número mínimo de vagas definidas pelo PDDUA,  
421 conforme definido no termo de comparecimento e considera que por ser de grande parte



422 do público, que deverá acessar o estabelecimento a pé, por ser localizado na região  
423 central, considerando também que a região tem amplo atendimento de transporte coletivo.  
424 Está ali no entroncamento da rodoviária, onde tem várias linhas de transporte. E  
425 considerando a saturação do trânsito na região, nas duas vias de acesso ao  
426 empreendimento, o projeto restringe o número de vagas para não criar esse fluxo. E com  
427 relação a SMAMS condiciona a carta de habitação à apresentação das cópias dos projetos  
428 de isolamento, condicionamento acústico instalados no prédio e relatório técnico contando  
429 os resultados das medições de níveis de pressão sonora, obtidos nos prédios residenciais  
430 vizinhos de forma a comprovar a conformidade em relação ao critério/avaliação. E daí ele  
431 menciona o decreto e faz referência a legislações posteriores que possam substituí-los. E  
432 menciona que os relatórios de medições deverão ser acompanhados de anotações,  
433 registro de responsabilidade técnica dos técnicos envolvidos. Seriam esses pontos.  
434 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
435 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela apresentação. Já passo a palavra ao  
436 Conselheiro Hermes, o relator, para que possa fazer o seu relato. **Hermes de Assis**  
437 **Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**  
438 **SAERGS:** Eu queria, inicialmente, agradecer a Vaneska e cumprimentar a todos os  
439 conselheiros, em especial ao Júlio da EPTC, que eu vi hoje aí. Eu tive o prazer de conviver  
440 com o Júlio ainda quando eu era técnico da prefeitura, exatamente em um grupo de  
441 trabalho da revitalização do 4º Distrito, exatamente que pegava parte dessa área, a  
442 duplicação da Voluntários da Pátria. Como a Vaneska falou, é simples a questão da  
443 regularização, depois eu lei o parecer, mas é simples no que se refere às questões do  
444 regime urbanístico, edilício, a atividade em si. O que gerou polêmica nesse processo e por  
445 isso que foi solicitado um questionamento junto à PGM, é que ele foi indeferido duas  
446 vezes, a primeira vez pela CAUGE, tendo em vista que não atendia as questões de  
447 segurança, de distanciamento entre postos de gasolina e atividade de templo, isso em  
448 2013. Posteriormente, ele foi novamente indeferido, porque os proprietários, na verdade,  
449 não apresentaram os comparecimentos. Eu vou passar a ler, que eu acho que fica mais  
450 fácil e eu quero citar, mencionar que esse caso acho que é bem interessante para a  
451 revisão do Plano Diretor, porque há muitos anos eu me lembro que essa questão vem  
452 sendo tratada na Prefeitura, que é a questão de segurança das atividades, os conflitos  
453 entre as atividades e, invariavelmente, é resolvida como foi resolvida nesse caso com um  
454 decreto de lei, quase que encomendado para satisfazer algumas atividades que têm um  
455 poder político muito grande. Então, eu vou ler, vou pular o que não interessa até o que a  
456 Vaneska já falou, porque ele é meio extenso. “Trata-se de Estudo de Viabilidade para  
457 regularização da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus Ministério da Restauração. Na  
458 verdade, é uma reciclagem de uso da edificação existente com aumento de área.  
459 Localizado na Avenida Farrapos e Voluntários da Pátria, portanto, com duas frentes. Em  
460 visita ao local constatamos que a igreja se encontra instalada em modos existentes, antigo  
461 pavilhão para depósito de mercadorias com as duas frentes. A igreja contempla atividades  
462 de apoio com estúdio de rádio, loja, livraria, café, refeitório, salas de aula, creche, pátio  
463 interno, estacionamento, entre outros. Inclusive, o espaço para atividade religiosa. O  
464 requerente protocolou o EVU em 2012 para regularizar a atividade na igreja, com área de  
465 2918 m<sup>2</sup>, aproximadamente, sendo classificado como projeto especial de impacto urbano  
466 de 2º grau, necessitando, portanto, aprovação da CAUGE e posterior oitiva deste  
467 Conselho. Em 2013 o EVU foi indeferido através do parecer CAUGE nº 75/2013, por não  
468 atender no artigo 126 da Lei 434/99, modificada pela lei complementar 64/2010 e Decreto



469 17.921/2012. O motivo do indeferimento referia-se à existência de posto de abastecimento  
470 nas proximidades do imóvel do requerente e os conflitos entre essas atividades.  
471 Esclarecendo que o posto estava regularmente instalado. O expediente foi encaminhado à  
472 PGM, que manteve o indeferimento em 2013, trazendo à discussão o que consta na Lei  
473 Complementar 521/2005, que dispõe sobre as atividades varejistas de produtos perigosos  
474 e dá outras providências. Assim como o Decreto 17.900/2012, que tratava de restrições da  
475 atividade do posto de abastecimento. Em 2015 é protocolado novo EVU, a CAUGE emitiu  
476 considerações de diretrizes e termo de comparecimento. Novamente foi indeferido, dessa  
477 vez porque o requerente não atendeu o comparecimento. Por fim, em 2019 foi protocolado  
478 novo EVU, esse aprovado pela CAUGE 21/08/2009, através do Parecer 113/2019.  
479 Entretanto, as questões anteriores que motivaram o indeferimento não foram esclarecidas  
480 no expediente, o que motivou meu pedido de diligência encaminhado à PGM para que se  
481 pronunciasse expressamente quanto à viabilidade da atividade naquele local. Face  
482 parecer anterior da própria PGM pelo indeferimento. Após longo período em diligência  
483 retorna este expediente com extenso parecer da PGM, assinado pela procuradora  
484 Andresa, onde expõe os novos argumentos da PGM juntados aos autos, nota técnica. Não  
485 pretendo aqui ler o extenso parecer, até porque nosso tempo não permite. Destaco alguns  
486 pontos, como segue: Superados os aspectos técnicos urbanísticos da regularização 'faça-  
487 se a análise do objeto jurídico da consulta'. O artigo 126 do PDDUA com redação dada  
488 pela Lei Complementar 646/2010, assim dispõe: artigo 126, os postos de abastecimento  
489 são atividades de impacto, conforme disposto no artigo 11.1 desta lei complementar,  
490 deverão observar o disposto em seu anexo 10, bem como as demais restrições impostas  
491 para atividades varejistas de produtos perigosos. §1º - fica vedada a instalação de postos  
492 de abastecimentos em locais que concentram grande público em proximidades e locais  
493 incompatíveis com esse tipo de comércio e como presídios, estabelecimentos industriais,  
494 unidade de conservação ambiental, cruzamentos importantes para o sistema viário e áreas  
495 consideradas de risco, cultura, instalações militares ou depósito de explosivos e munições.  
496 Bem como, locais que dizem ter menos de 500 metros a partir do ponto de estocagem do  
497 posto de abastecimento mais próximo já existente. Assim, com o advento do Decreto  
498 18.806/2014, inaplicável ao caso concreto, a informação da..." Quer dizer, esse decreto é  
499 posterior ao indeferimento da CAUGE e da PGM. "Basicamente, o que o Decreto nº 18.806  
500 alterou em relação às regulamentações anteriores é que apesar de manter a vedação para  
501 instalação de postos de abastecimento, conforme § 1º do artigo 126 da Lei Complementar  
502 e 434, alterada pela Lei Complementar 646, ou seja, em locais que concentram grande  
503 público com metragem total superior a 300 m², como hospitais, escolas, creches, templos  
504 religiosos entre outros. No artigo 2º do referido decreto, diz o que segue: a vedação de  
505 que trata os incisos 1, 2 e 3, que são os que falam em hospitais, escolas, creches e  
506 templos. A vedação de que tratam os incisos 1, 2 e 3 do artigo 1º deste decreto diz  
507 respeito à instalação de postos de abastecimento nos próprios imóveis. Considerando que  
508 existem vários postos de abastecimento nas proximidades da igreja, a menos de 500  
509 metros. Considerando a interpretação dada pelo Decreto 18.806/2014, que excluiu a  
510 possibilidade de risco, mesmo que haja uma atividade com grande concentração de  
511 público contido a um posto de abastecimento. Confirmamos que realmente não existe um  
512 posto de abastecimento inserido no imóvel da igreja". Ou seja, é óbvio que no terreno da  
513 igreja não existe o posto de abastecimento. "Considerando o ponto de vista edifício e da  
514 atividade em si o EVU está de acordo com a legislação vigente, como bem analisado pelos  
515 vários técnicos da PMPA. Face as considerações acima, nos resta recomendar a



516 aprovação do EVU em pauta. Registre que o presente caso é um valioso tema para ser  
517 analisado na reavaliação do Plano Diretor. Salvo melhor juízo, um erro grotesco do ponto  
518 de vista urbanístico. Entretanto, um arranjo ilegal para satisfazer a pressão destes novos  
519 templos para edificação de novos templos, que se disseminaram pela cidade a rodo, a  
520 partir das últimas duas décadas, aproveitando os incentivos fiscais e as carências  
521 deixadas pelo poder público quanto ao atendimento das populações menos assistidas no  
522 que se refere à saúde, atendimento social, ensino, creches, alimentação, entre outros”.  
523 Então, só para finalizar, visitando o local, o local tem de tudo, menos templo, mas é o que  
524 está acontecendo, para quem não conhece, nesses novos templos. Tem sala de aula para  
525 as mulheres desempregadas que vêm do interior, tem creche para as crianças, para essas  
526 mulheres quando não conseguem o primeiro emprego, tem todo o tipo de serviço social  
527 que em princípio o poder público deveria oferecer. E também eu acho que para quem não  
528 conhece, é uma explicação bem importante porque que estão se proliferando dessa forma  
529 essas igrejas, Assembleia de Deus e outras. São atividades com fins sociais e de apoio às  
530 pessoas de baixa renda. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**  
531 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes,  
532 pelo relato. Nesse sentido, eu consulto os conselheiros se vai ter pedido de vista ou  
533 abrimos para o debate? Alguém, antecipadamente, vai querer fazer relato de vista? Senão  
534 abro para o debate. Alguém quer debater o expediente? Em não havendo inscrição para  
535 debater o presente expediente... A gente tem o Conselheiro Felisberto e Conselheiro Mark.  
536 Com relação à disponibilização, uma pergunta que a Conselheira Claudete levantou, a  
537 gente já esclarece. **Camila Maders Fonseca Coelho, Secretária Executiva do CMDUA:**  
538 No corpo do e-mail aparece uma lista. Eu tenho deixado essa lista de números do SEI.  
539 Então, ali todos os processos que estão na pauta vão estar ali. **Germano Bremm,**  
540 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
541 De qualquer forma todo têm acesso de forma eletrônica. Temos o Conselheiro Mark e  
542 Conselheiro Felisberto. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do**  
543 **Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A minha questão é, no caso desse empreendimento,  
544 especificamente, eu não percebi aí as questões de segurança, porque esse é um templo  
545 que em tese aglomeraria muitas pessoas, né. Na questão da Boate Kiss eu não sei em que  
546 medida as cautelas que são previstas nesta legislação foram atendidas no projeto da  
547 Igreja Pentecostal. Então, a minha pergunta era sobre isso, eu não sei se houve o  
548 atendimento desses requisitos para que se exerça essa atividade de pregação. **Germano**  
549 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**  
550 **SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Eu já consigo lhe esclarecer. Aqui dentro nós  
551 estamos na etapa de EVU, com relação ao impacto, sobre o atendimento da legislação  
552 estadual, da Boate Kiss, os modelos, isso é visto pela equipe dos Bombeiros. Então, eles  
553 emitem o alvará de prevenção contra incêndios, vão lá, fazem a análise. Então, na etapa  
554 de carta de habitação, depois eles têm que apresentar também o alvará dos Bombeiros, é  
555 uma exigências. Os bombeiros fazem todas as questões, é verificado o atendimento da  
556 legislação e eles nesse sentido emitem. Passo ao Conselheiro Felisberto para debater.  
557 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** As  
558 minhas dúvidas vão um pouco ao encontro do que o Conselheiro Mark falou. Eu fiquei com  
559 uma dúvida se esses prédios já existem. Se já existem se tem todo o PPCI feito, ou vai ser  
560 uma nova construção? Isso não ficou bem claro para mim, porque eu imagino que seja  
561 aquele que fica junto àquela rua que dava acesso à rodoviária. Então, não tive a  
562 oportunidade de ir lá ver, queria ter ido lá, mas parece que é aquele que ficava no fundo



563 desse posto. Então, me parece que a questão de segurança é uma questão muito bem  
564 levantada pelo Conselheiro Mark. E a questão também de acessibilidade, de segurança de  
565 tráfego, tendo em vista que é uma região que a rodoviária é ali perto. Então, isso para  
566 mim, não sei se tomaram todos os cuidados, a questão, se não tem que alargar, porque há  
567 uma bifurcação logo na saída da rodoviária que dificulta e teve um trabalho da EPTC lá,  
568 que direcionou meio o tráfego, mais continua tendo problema na hora de grande fluxo.  
569 Então, essas são as minhas preocupações. Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular),**  
570 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Seriam duas  
571 perguntas simples também, uma destacada pelo Conselheiro Hermes. O Conselheiro  
572 Felisberto também fez algumas perguntas que eu iria fazer, mas o Conselheiro Hermes  
573 pode responder. Ele destacou que esses locais não têm só uso para um centro religioso,  
574 como é que fica? Por que os centros religiosos têm isenção de impostos, agora, se eles  
575 têm outras atividades, então, quando entra na Prefeitura e a Prefeitura aceita que ele está  
576 sendo caracterizado como um centro religioso, a Prefeitura já está, inclusive, dando  
577 licença nessa situação, aceitando que ele vai ser isento de imposto. E outro detalhe que o  
578 Felisberto mencionou é a questão de trânsito. A sede da ABES tem um centro religioso  
579 bem pertinho ali, não só trânsito, mas também estacionamento. O estacionamento que a  
580 gente usa para ir às reuniões da ABES, quando tem culto, fica, tudo lotado, não tem vaga.  
581 Inclusive, eles já têm até programas de fidelidade, já tem desconto no estacionamento,  
582 tendo em vista a quantidade de veículos que normalmente são característicos esses  
583 eventos. Então, se tem alguma análise de trânsito pelo grande fluxo de pessoas que  
584 acontece e concentrados. E a questão de vagas para estacionamento do empreendimento,  
585 porque vaga para estacionamento está na legislação. **Germano Bremm, Presidente e**  
586 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,  
587 Conselheiro Darci. O Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**  
588 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou tentar esclarecer o que  
589 posso. Foi aprovado um Estudo de Viabilidade que tem todas as exigências de várias  
590 secretarias que se adequam à legislação hoje, no que se refere à questão de segurança,  
591 questão de isolamento acústico, tendo em vista é que é um templo, embora não tenha  
592 vizinhança de habilitação, mas também é importante o isolamento. Então, do ponto de  
593 vista edilício, essas questões estão resolvidas, estacionamento também, eles têm uma  
594 grande área vazia, eles têm um pátio interno onde tem estacionamento para vários carros,  
595 mas pelo que eu pude perceber, embora eu tenha ido em um horário, eu fui anterior à  
596 pandemia, não fui agora. Eu fui no horário que tinha uma sala de aula com várias mulheres  
597 aprendendo a ler e escrever, coisas assim, bem de serviço social. Eu acredito que não é  
598 um público naquele local, embora seja uma posição pessoal minha e uma avaliação  
599 pessoal sem nenhum fundamento técnico, assim. É um público que não se desloca de  
600 carro, mas tem espaço para estacionamento dos carros suficientes aos metros quadrados  
601 construídos, conforme os padrões do Plano Diretor. Outra questão, Darci Campani, eu até  
602 ironizei um pouco ali na minha leitura, são os novos tempos com os novos templos. Na  
603 verdade, o que caracteriza, alguém da Prefeitura hoje pode esclarecer melhor, mas o que  
604 caracteriza um templo não é necessariamente a igreja essa tradicional. Só para encerrar,  
605 eu me lembro que ainda quando eu estava trabalhando, houve uma polêmica muito grande  
606 perto do prédio do planejamento, SMOV, ali na Praia de Belas, em frente aos Bombeiros,  
607 que os maçons entraram com pedido de construção de templo dos edifícios que eles têm  
608 ali, mas eles também tinham um andar inteiro, que era para meditação, sei lá, reza, o  
609 resto eram salas de reuniões e terminou passando. Foram meses também de polêmica.



610 Por isso que eu disse que é uma discussão interessante porque uma revisão do plano,  
611 tanto do ponto de vista de segurança, como do ponto de vista do que é um templo, do que  
612 não é. E para finalizar, eu só queria dizer que essa questão também de segurança, eu  
613 lembro que há muitos anos também se discute isso, aquela distância mínima entre postos  
614 de gasolina, que a gente através de pesquisas terminou descobrindo a origem desses 500  
615 m. Na verdade, era lá quando os postos ainda eram uma bomba na calçada, não sei se  
616 alguém pegou isso aí. Era uma bomba de gasolina na calçada. Foi, na verdade, uma  
617 reserva de mercado. Então, não tinha nada a ver com segurança. Hoje quem trabalha com  
618 isso, pelo que eu conheço e de informações, é pouquíssimo o histórico no mundo inteiro  
619 de explosão de postos de gasolina. Embora o produto em si seja poluente. Obrigado.  
620 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
621 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Encerrados os debates, de  
622 imediato faço a leitura dos votos, consultando, inicialmente, a conselheira representante  
623 do DEMHAB. Lembrando que a gente tem parecer apresentado pelo relator, PARECER  
624 FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DO EVU. **VOTAÇÃO NOMINAL:** Lisiane Sartori  
625 Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:  
626 Favorável. Júlio César Farias de Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de  
627 Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular), Gabinete do  
628 Prefeito – GP: Favorável. Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de  
629 Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Favorável. Patrícia da Silva  
630 Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade –  
631 SMAMS: Favorável. Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de  
632 Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Leonardo de Lima Marques  
633 (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:  
634 Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações  
635 Institucionais – SMRI: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação  
636 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Favorável. Germano  
637 Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -  
638 SMAMS: Conselheira Claudete, não estamos lhe ouvindo, se quiser deixar no chat. Vou  
639 seguir na sequência. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos  
640 Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. Emílio Merino Dominguez (2º Suplente),  
641 Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Favorável. Rafael Pavan  
642 dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Favorável.  
643 Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio  
644 Grande do Sul – SAERGS: (Relator) Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato  
645 dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Sérgio Koren (1º  
646 Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Favorável.  
647 Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -  
648 SOCECON/RS: Favorável. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de  
649 Planejamento Um – RGP. 1: Favorável. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região  
650 de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Favorável. Jackson Roberto Santa Helena  
651 de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável.  
652 Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP.  
653 4: Favorável. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de  
654 Planejamento Quatro – RGP. 5: Favorável. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),  
655 Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei



656 (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: (Não se encontra na sala).  
657 Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:  
658 Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação,  
659 Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:  
660 Favorável. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -  
661 ACESSO CDH: Eu tinha ficado com algumas dúvidas, se eram atividades subsidiárias,  
662 mas vou acompanhar o relator. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do  
663 Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado. Nesse sentido pelos 25  
664 votos favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário. **APROVADO O PARECER**  
665 **FAVORÁVEL DO RELATOR**: EVU da Igreja Assembleia de Deus. Passamos ao **ITEM**  
666 **4.02**: Expediente 002.333539009, aprovação de EVU. Não, este está em diligência e a  
667 CAUGE não retornou. Passamos ao **ITEM 4.03**: 19.0.000119052-3 – MUNICÍPIO DE  
668 PORTO ALEGRE, valores do solo criado. Nós tivemos o parecer do conselheiro relator da  
669 ÁREA, que muito bem apresentou o seu relato em 06/08. Tivemos a apresentação da  
670 equipe do planejamento e tivemos solicitação de vista da RGP. 01, RGP. 06, SOCECON e  
671 SAERGS. Eu peço para a Vaneska nos lembrar, apesar que está bem presente na  
672 memória de todos. Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do  
673 Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Eu vou apresentar de maneira bem  
674 sintética. Ele trata do relatório dos valores de solo criado adensável e não adensável,  
675 calculados manualmente pela Secretaria da Fazenda. São 42 quarteirões oriundos de  
676 vários processos SEI, com valores de solo adensável e não adensável, que foram  
677 calculados manualmente por apresentarem incompatibilidade de informações cadastrais,  
678 entre os dados da Secretaria Municipal da Fazenda e as divisões territoriais. No momento  
679 da apresentação fez alguns tópicos para lembrarmos alguma metodologia que já foi  
680 objeto de discussão no CMDUA e aprovado o relatório em 2018. Resumido da forma, o  
681 solo criado é calculado por quarteirão, para cada face de quarteirão se calcula cota  
682 terreno, valor de terreno da face dividido pelo índice de aproveitamento e o solo criado  
683 será a cota terreno médio do quarteirão, 85% da maior cota terreno. São 15 processos, a  
684 gente já tinha feito uma consideração que o processo 12 repete o item 6, aparece também  
685 no relato do Conselheiro essa duplicidade a ser corrigida e nós fizemos alguns  
686 mapeamentos que foram apresentados na ocasião, os processos, os expedientes por  
687 região de planejamento para se ter uma ideia de quantos quarteirões incidiam em cada  
688 região. Então, na RGP 01 21 quarteirões; RGP 02 08 quarteirões; RPG 04 04 quarteirões,  
689 RGP 06 03 quarteirões e 01 quarteirão na RGP. 07. Na RGP 08 também apareceu um  
690 quarteirão dentro da Restinga. Tem a descrição com imagens para cada um dos  
691 expedientes que foram tratados acredito que possa ser esta a lembrança. Germano  
692 Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -  
693 SMAMS: Obrigado, Vaneska. Consulto ao Conselheiro Felisberto se quer fazer relato de  
694 vista. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP.  
695 1: Não seria bem um relato de vista, mas uma constatação e sugestão, que esses  
696 processos não viessem todos, porque a gente não tem a oportunidade de analisar, ir no  
697 local ver o quarteirão, estudar as condições do entorno para ver se esses preços estão  
698 compatíveis com a valorização da área. Não sei se está correta a minha observação, mas  
699 eu penso que isso implica nos recursos que deveriam ir para a habitação de interesse  
700 social. Então, é apenas essa observação e fico preocupado vir tudo em um processo só.  
701 Então, isso inviabiliza o conselheiro da região ter um cuidado e nós temos 21 quarteirões



702 na RGP 01. Então, apenas essa colocação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**  
703 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro  
704 Felisberto. Conselheiro Gomes, tem relato de vista? **Luiz Antônio Marques Gomes**  
705 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não vou apresentar, não  
706 tive condições de estudar, até em respeito ao belo relatório que foi feito. **Germano**  
707 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**  
708 **SMAMS:** Conselheiro Gomes, obrigado. Conselheiro Rafael, relato de vista? **Rafael Pavan**  
709 **dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não, não tenho  
710 um relato de vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
711 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. O Conselheiro Mark, tem relato de  
712 vista? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul**  
713 **- SOCECON/RS:** Bom, eu estive olhando esse conjunto de documentos dos valores do  
714 solo criado e o que eu queria comentar em relação a esse processo relatado pelo colega  
715 Sérgio Saffer, ali houve todos os cálculos e tal. O que eu queria fazer as considerações é  
716 sobre os objetivos sociais que estão vinculados ao processo do solo criado serão  
717 atendidos? A aplicação dos recursos vai ser destinada a tal reserva fundiária? Visando a  
718 regularização e execução de programas e projetos habitacionais de interesse social? Se  
719 existem esses processos, quais são que podem ser inferidos? Porque seriam recursos  
720 importantes que fossem canalizados para esses objetivos sociais no projeto do solo criado.  
721 O segundo aspecto seria sobre os investimentos em equipamentos urbanos e  
722 comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes, unidades de conservação ou  
723 proteção ambiental, se há previsão desses valores do solo criado serem destinados a  
724 essas finalidades, quais são? Há projetos? Onde estão? Quando ocorreram? E também  
725 com os recursos auferidos, porque eu fui ler a legislação, ela prevê ali que vai haver  
726 incentivos a políticas públicas de proteção de interesse histórico-cultural e/ou paisagístico.  
727 Eu vi que havia uma exposição da Conselheira Patrícia já dentro do próprio CMDUA há  
728 alguns anos atrás, em que ela abordou essas questões em relação aos valores do solo  
729 criado dentro do Município de Porto Alegre. Por isso que eu faço essas observações e  
730 esse seria o meu relato de vista. Gostaria de saber se é possível responder a essas  
731 questões. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
732 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Conselheiro Hermes. **Hermes**  
733 **de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul**  
734 **– SAERGS:** Eu queria primeiro agradecer a Gisele e ao Saffer, que fizeram um esforço  
735 para tentar esclarecer sobre esse processo. E o meu parecer é bem curto, só vou fazer  
736 uma introdução. Eu confesso que com toda a minha vivência dentro da Prefeitura,  
737 inclusive, eu participei do grupo que criou solo criado lá no tempo do Colares ainda, a  
738 complexidade desse processo e as informações que estão no processo é completamente  
739 inviável de fazer uma análise de qualquer coisa. Então, o nosso voto é um voto de  
740 confiança ou não. E a vida me ensinou, talvez por ser mais velho um pouco, a vida me  
741 ensinou que tem coisas que não dá para assinar cheque em branco. E tem outras coisas  
742 que também precisam ser esclarecidas, porque, além disso, a gente traz certa  
743 responsabilidade quando aprova isso. Isso que eu queria dizer e mais uma vez realçar a  
744 tentativa, principalmente do Saffer, de tentar esclarecer, mas as informações que vieram  
745 nesse processo são completamente inadequadas. O parecer do Saffer informa mais do  
746 que as informações que tem no próprio processo. Então, eu vou ler meu parecer: “Trata o  
747 presente expediente de análise e aprovação por este CMDUA dos valores do solo criado  
748 para 42 quarteirões, conforme esclarece parecer do relator de 30/06/2020,



749 aproximadamente 6000 quarteirões fazem parte do relatório de preço unitário mínimo do  
750 solo criado adensável e não adensável, competência 2018. Entretanto, aproximadamente,  
751 368 deverão ser definidos manualmente. O presente expediente trata de 42 quarteirões  
752 para apreciação deste Conselho quanto aos valores do solo adensável e não adensável.  
753 Esses quarteirões são oriundos de vários expedientes. Considerando que as informações  
754 existentes no processo SEI, no entendimento deste Conselheiro, são insuficientes para  
755 uma análise efetiva dos valores atribuídos a cada quarteirão”. Ele simplesmente tem os  
756 valores, não tem as faces do quarteirão, qual é o regime urbanístico, não tem nada.  
757 Considerando que existem equívocos na apresentação das planilhas calculadas  
758 manualmente, com quarteirões apresentados com duplicidades, como bem observado pelo  
759 relator e que esses equívocos, salvo melhor juízo, comprovam que nem mesmo há uma  
760 revisão eficiente a que o presente trabalho foi submetido. Considerando que aos  
761 conselheiros só resta validar os valores atribuídos pela SMF. Considerando que a  
762 avaliação feita nem mesmo tem uma assinatura de responsabilidade técnica sobre o  
763 trabalho produzido. Considerando que os valores arrecadados são verba de potencial  
764 construtivo representa o recolhimento de alguns milhões de reais para mais ou para  
765 menos, para essa Prefeitura de Municipal de Porto Alegre, cuja aplicação deve ser  
766 prioritariamente em programas habitacionais. Considerando que já aconteceu em outro  
767 momento malversação e uso indevido das informações do solo criado, ocorrendo que  
768 servidores públicos deste município foram exonerados por crime contra o erário público.  
769 Meu parecer é votar contrário à aprovação das apresentadas, face as considerações  
770 anteriores. Sugiro que sejam esclarecidas de forma transparente e extensiva os valores  
771 alcançados com a apresentação dos técnicos responsáveis pelos cálculos (que a gente  
772 nem sabe quem é), face a complexidade do assunto. Entretanto, destaco e deixo  
773 registrado o grande esforço do Conselheiro Sérgio Saffer, relator deste expediente, na  
774 tentativa de esclarecer melhor os conselheiros. É o parecer. Obrigado. **Germano Bremm,**  
775 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
776 Obrigado, Conselheiro Hermes. Eu consulto aos senhores conselheiros quem tem  
777 interesse de debater o presente processo, que, por favor, faça a inscrição. (Inscrições).  
778 Tem mais alguém? Então, em não havendo mais inscritos a gente encerra a inscrição e  
779 abre a oportunidade para debater, iniciando pelo Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer**  
780 **(Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite,  
781 pessoal. Eu estava procurando se tinha a apresentação anterior que foi aprovada a tabela,  
782 mas não deu tempo aqui. Eu vou dar alguns esclarecimentos do que ouvi. Realmente,  
783 Hermes, eu tentei me aprofundar, eu liguei lá para o pessoal da Fazenda para tentar  
784 entender um pouco melhor e explicar. É muito complicado, realmente, a parte que já foi  
785 feita, que tem uma fórmula matemática e está aprovada, e nós aprovamos essa forma e  
786 naquela vez foi aprovado, é um computador que faz. O que eu tentei esclarecer aqui é do  
787 porque que esse processo veio para cá. Por que ele é manual? É isso que eu tentei  
788 explicar com aqueles exemplos da inconsistência entre a Fazenda e eu DEMHAB. E em  
789 parte, realmente, a gente tem que ter uma confiança, porque é um trabalho que, no caso,  
790 eu exemplifiquei, aqueles 6000 é do passado, agora só estamos analisando algumas.  
791 Então, como o Felisberto disse, ir em todas as quadras, nós não fizemos isso quando  
792 aprovamos as 6000 e pouca, porque isso é uma pesquisa que a Fazenda faz do valor de  
793 mercado de um terreno. Eles veem pelo ITBI, pelo jornal, eles fazem toda uma pesquisa  
794 para definir os valores. Este ano até houve variações em algumas regiões que foram  
795 negativas, de 15%. Então, se tu pegares naquela época, eu lembro que nós batemos: qual



796 foi o reajuste da última tabela? Não teve um reajuste, uma média, porque em cada região  
797 houve uma maior valorização ou uma menor valorização. Naquela época, na última, na  
798 grande maioria os valores foram bem menores do que vinha se praticando. O debate, eu  
799 concordo com o Mark e o Felisberto, isso é uma coisa que a gente tem que ter, até poderia  
800 ser uma das pautas que vamos discutir mais adiante, de onde estão sendo aplicados  
801 esses valores. A razão que o processo veio para cá, realmente, Hermes, estava simples.  
802 Então, eu peguei, olhei dois ou três SEIs, todos tinham o mesmo procedimento, era que a  
803 UDRE pegava o quarteirão, definia os índices, manda. Por quê? Porque os índices não  
804 têm condições, por eles não serem iguais. Então, por essa razão que ele é manual, manda  
805 para a Fazenda, a Fazenda bota na fórmula matemática já aprovada pelo Conselho e faz  
806 esse cálculo. Então, atualmente, é um procedimento mais matemático. O que eu, até por  
807 curiosidade, quis fazer e vi naqueles exemplos que eu mostrei, algumas regiões, mesmo  
808 lindeiras, não têm. E só quis explicar também aquela história que a gente achar que na rua  
809 tal vai ser tal, mas como o índice é mais alto, o valor baixo. Aquelas explicações que eu já  
810 dei. Se durante o debate vai vir alguma coisa e eu puder ajudar, eu me coloco à disposição  
811 depois ou me inscrevo, Germano. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**  
812 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. A  
813 gente antecipou a sua fala. Eu acho interessante que o relator tenha a fala por último, a  
814 gente vai trabalhar para inverter nas próximas. Aí consolida todas as falas, as dúvidas. O  
815 Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
816 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, mais uma vez, boa noite. Eu queria que o  
817 Conselheiro Hermes deixasse claro essa afirmação que está fazendo, e ele tem de certa  
818 forma costume de fazer esse tipo de afirmação, criando uma suspeita, colocando uma  
819 coisa no ar, que crime contra o erário público tem a ver com essa solicitação que está na  
820 nossa mesa? Eu não consegui entender, não consegui ler, chegar na profundidade do  
821 pensamento do Conselheiro. Então, que ele seja claro, objetivo dentro deste processo que  
822 nós estamos analisando. Era isso, Presidente. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi**  
823 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu ainda continuo com as  
824 minhas dúvidas. A fórmula matemática, é matemática, isso a gente sabe, mas tem os  
825 aspectos que fogem um pouco da fórmula matemática, que é a realidade. E 21 quarteirões,  
826 a gente tem que conhecer a realidade desses quarteirões. Então, posso estar equivocado  
827 na minha visão do que eu vou dizer agora, mas isso implica na capacidade de  
828 arrecadação do município para viabilizar programas sociais, como é o de habitação de  
829 interesse social. Há uma série de incrementos nessas regiões, principalmente na região ali  
830 do Petrópolis, da Antônio Gonzaga, aquele quarteirão ali é um quarteirão valorizado. Tem  
831 um dos prédios mais caros, fica exatamente na rua ali, quase lidera a Carlos Gomes.  
832 Então, são áreas altamente valorizadas. Então, e o critério para se avaliar isso. E depois  
833 teve a região no Menino Deus. E tem um trabalho feito pela Procuradora do Município, que  
834 agora me fugiu o nome, em que ela fez um estudo e eu não tive a oportunidade de ler o  
835 trabalho dela, que ela fez de mestrado ou doutorado na UFRGS, em que ela trata  
836 exatamente da criação do solo criado, do impacto dessas vendas nas regiões, inclusive,  
837 no Menino Deus. Então, eu ainda estou em dúvida qual será o meu voto. E lamento virem  
838 processos todos juntos, eu acho que deveria ser um processo melhor discutir, com melhor  
839 esclarecimento, porque não dá para votar um cheque em branco, como muito bem falou o  
840 Hermes. Quanto ao parecer do Hermes, ele faz um questionamento onde foram aplicados  
841 esses valores e como foram aplicados. Então, é importante a gente saber, ter um relatório  
842 do que foi arrecadado com o solo criado para que a gente possa ter também uma visão



843 como conselho do que é arrecadado e o que é aprovado para o solo criado, e onde foi  
844 investido. É isso, Secretário. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**  
845 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu me inscrevi para esclarecer,  
846 mas, primeiro, eu queria destacar, Sérgio, quando eu falei, eu fiz questão de destacar o  
847 teu trabalho e acho que ele foi muito superior ao conteúdo do processo para nos explicar.  
848 Realmente, eu conheço esse assunto, acompanho a complexidade. Eu entendo que a  
849 maioria, talvez por não tratarem dessas questões, seria de muito difícil compressão. Por  
850 outro lado, o mínimo que se pode ter, não o cálculo, eu não quero saber da soma, se deu  
851 certo, mas as informações que foram oferecidas para a efetivação desses cálculos. E,  
852 Gomes, quando eu falo uma coisa, eu tenho a responsabilidade e tudo que eu falo eu  
853 penso antes. Apesar de eu ser muito intempestivo. Por outro lado, o que eu quis dizer é  
854 que nós estamos, ao assinarmos, ao aprovarmos estamos tratando um tema de grande  
855 responsabilidade. É diferente do processo que eu relatei, que é a regularização de uma  
856 igreja que existe lá há quase 10 anos. Nós estamos tratando de muito dinheiro que é  
857 arrecadado pela Prefeitura e que tem uma destinação específica. Independente se é bem  
858 ou mal aplicado, mas é muito dinheiro. E quando eu disse que teve um colega, eu não vou  
859 citar nome, até já citei, lembro que citei na primeira reunião quando eu me apresentei.  
860 Teve um colega nosso, um engenheiro, que foi exonerado exatamente por isso, pelo o que  
861 eu disse, por trazer prejuízos aos cofres públicos, utilizando-se do FMDU. Isso aí está  
862 relatado no processo, embora seja um processo particular, mas é um processo que eu  
863 acho que já é quase de domínio público e teve vários funcionários exonerados. E o que eu  
864 achei muito bom, eu bato palmas, para que os funcionários que usem as informações e os  
865 instrumento que têm para se autopromoverem... Não é “promover”, desculpa, mas o que  
866 eu quero dizer é isso. Não estou acusando ninguém, pelo contrário, eu quero dizer da  
867 nossa responsabilidade em aprovarmos uma avaliação dessas em branco. Para  
868 complementar, da outra vez passou, realmente passou, Sérgio. Agora é o meu voto, nós  
869 somos 30 e poucos conselheiros, quem quer votar a favor e assinar em branco assina, não  
870 tem problema. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de**  
871 **Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite a todos. Presidente, eu me escrevi porque  
872 realmente tem processos da RGP 2 e, realmente, é responsabilidade nossa de fazer esse  
873 acompanhamento, como o conselheiro já falou e outros, de assinar um cheque em branco.  
874 Então, qual é a minha sugestão? E talvez nem seja minha porque já fizeram esse  
875 procedimento. De fazer uma comissão de conselheiros que integram o processo,  
876 Conselheiros daquela região de interesse, onde tiver os valores, os quarteirões. Eu acho  
877 que isso aí é uma coisa que dá para fazer tranquilamente. A outra questão, já fazer parte  
878 do relatório final do Conselheiro a destinação dos valores. Nós não podemos  
879 simplesmente fazer uma aprovação se não sabe para onde vai o resultado do valor do  
880 cálculo, com valores atualizados, o mais próximo da realidade, para saber o que seria  
881 possível fazer, já que essa destinação deveria ser para programas de moradia. E quero  
882 destacar a importância desse tema do solo criado e que não foi possível votar naquelas  
883 propostas para as reuniões extraordinárias. A 12ª sugestão, que foi a SAERGS que fez,  
884 constava o solo criado. E nós conselheiros não conseguimos indicar e garantir essa  
885 discussão. O próprio Conselho ainda tem um pouco de resistência, talvez até por falta de  
886 conhecimento do conjunto todo, de se inteirar da importância desse tema. Obrigado.  
887 **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**  
888 **Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Eu queria fazer um esclarecimento, é que  
889 esse tipo de processo, entendo que ele é complexo mesmo de ser avaliado, porque é com



890 base em uma metodologia que já foi aprovada, como o Conselheiro Saffer comentou, é um  
891 restinho de um bloco que já foi aprovado. No meu entendimento, assim, eu acho que nem  
892 deveria passar no Conselho, porque já é uma coisa consagrada, é um erro passar no  
893 Conselho, mas como tem que passar eu não vejo que a gente tenha que se opor a uma  
894 coisa que já foi consagrada pelos demais. A questão que se que se discute é a  
895 metodologia, que bem como o Hermes comentou, é uma coisa complexa, eu entendo que  
896 é complexa também, entendo que deveria ser uma coisa mais simples para essa questão  
897 da metodologia, mas, enfim, nós temos aí uma revisão do Plano Diretor, onde a gente tem  
898 a oportunidade de revisar esses procedimentos e transformar eles mais simples e  
899 transparentes para todo mundo. Esses objetos específicos são um simples conserto de um  
900 erro do programa, vamos dizer, que está consagrado, já foi aprovado por este Conselho  
901 Então, eu vou ser favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de**  
902 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro eu quero me coadunar, na verdade, à proposta  
903 do Adroaldo de que a gente trate esses processos quando venham de solo criado,  
904 independente de que eles venham, assim, pelo que eu entendi esse veio meio sob  
905 demanda. Quer dizer, aqueles que não o sistema não consegue trabalhar, vem sendo feito  
906 manualmente e por isso vem sob demanda. Enfim, algum critério tem que ter, foi adotado  
907 esse, ainda que possa ser questionável. Eu gostaria só de lembrar que em que pese a  
908 nova lei do solo criado, ela não retirou a nossa atribuição de semestralmente avaliar os  
909 valores do solo criado. Então, fica também essa consideração. E, além disso, as nossas  
910 atribuições, se eu não me engano é inciso XV do artigo 39 do Plano, né, nos coloca a  
911 responsabilidade de conhecer como estão sendo aplicados os recursos do solo criado.  
912 Então, entendo que a gente isso deveria estar posto na ordem do dia o mais breve  
913 possível para atender essa atribuição que está colocada a nós pelo Plano Diretor. **Darci**  
914 **Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**  
915 **Ambiental – ABES/RS:** Ainda bem que o Conselho Rafael falou um pouquinho antes, eu  
916 estava aqui no computador tentando achar onde estava na lei do Plano Diretor. Na prática,  
917 nós deveríamos estar recebendo relatórios dos valores gerados e onde foram gastos  
918 esses valores, informações que durante esta gestão inteira nós não recebemos nunca. A  
919 discussão anterior, realmente, houve comissão, acho que foram quase 6 meses  
920 discutimos, houve a construção de uma comissão. O pessoal, inclusive, já falecido, agora  
921 me faltou o nome, mas um conselheiro nosso que foi coordenador, teve a convocação de  
922 assessoria para poder tentar fazer um projeto que qualificasse mais ainda a política de  
923 criação do solo criado, e mesmo assim não se conseguiu chegar uma proposta de  
924 consenso neste Conselho. Então, se optou por manter os valores anteriores, inclusive,  
925 ação que envolveu o Ministério Público, na última discussão que a gente teve aqui, o  
926 Ministério Público também foi envolvido. Então, Conselheira Patrícia, não é uma simples  
927 correçãozinha, nós temos que a cada seis meses revisar os valores do solo criado, é o que  
928 está na lei e que eu me lembre é obrigação nossa revisar e receber os relatórios desse  
929 recurso que está sendo gerado e onde estão sendo aplicados. Este Conselho não está  
930 fazendo isso, não está recebendo esses valores, não está cumprindo a lei a cada 6 meses,  
931 fazendo a revisão. Acho até que é excessivo, na época se discutiu de fazer uma alteração,  
932 estamos revisando a lei do Plano Diretor, a cada 6 meses é um prazo excessivo fazer essa  
933 revisão, mas eu não consigo entender, porque algumas coisas estão na lei e tem que ser  
934 cumpridas, algumas coisas que estão na lei não precisam ser cumpridas e não vejo  
935 nenhum órgão... (Inaudível/interferência no áudio). Vai para a votação do sim ou do não,  
936 ou a gente apoia a proposta do Conselheiro Adroaldo de montar uma comissão e fazer a



937 discussão um pouquinho mais arredondada. **Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das**  
938 **Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos os conselheiros. Eu  
939 tenho me feito menos presente no Conselho e vou pedir desculpa aos Conselheiros de  
940 que eu não me preparei para este processo. Então, a pergunta a primeira é se esse  
941 processo ainda tem possibilidade de vista ou já foi apresentado, se a gente está iniciando  
942 a discussão? Como eu coloquei, o meu colega não pode se fazer presente hoje e me  
943 pediu para cobrir a presença dele e eu queria saber se é possível vista, comissões e etc.,  
944 **Secretário. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
945 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Koren. Realmente, a oportunidade  
946 de vista se exauriu, hoje estamos aqui, tivemos a apresentação do relatório da vista de  
947 conselheiros que solicitaram na reunião que foi apresentado o relato. Então, não tem mais  
948 a oportunidade de vista e estamos debatendo antes de colocar em votação. Conselheiro  
949 Artur na sequência para debater. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa  
950 noite. (Inaudível/interferência no áudio). **Germano Bremm, Presidente e Secretário**  
951 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, a sua  
952 internet está ruim. Conselheiro, não estamos lhe ouvindo. Não estamos ouvindo. Está bem  
953 ruim a sua internet. O Conselheiro Koren, ele não terminou a sua fala, vou liberar aqui.  
954 **Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**  
955 **SINDUSCON:** Obrigado. Eu fiz a pergunta, mas vou ser bem breve. Participei, inclusive,  
956 da comissão que foi criada na gestão anterior aqui do Conselho. Tem vários colegas aqui  
957 comigo, lembro de vários colegas, o Jackão, Gomes, Saffer e outros aqui que eu vou  
958 esquecer de elencar. Então, a gente sempre teve uma dificuldade muito grande de  
959 entendimento, inclusive, estiveram aqui o grupo de técnicos da Fazenda, que fez algumas  
960 apresentações para o grupo antigo e eu vou ser muito sincero aqui com os conselheiros,  
961 sou arquiteto, trabalho com isso, tem uma dificuldade muito grande de entender  
962 exatamente o cálculo que é posto para nós aprovamos. Isso já foi uma dificuldade no  
963 passado, que levou vários meses de discussão e acabamos não chegando a um  
964 entendimento pleno dessa fórmula de cálculo. Então, eu não sei até que ponto a gente  
965 exaurir essa discussão técnica de como é feito o cálculo, se nem mesmo nós temos a  
966 capacidade de saber exatamente quais são as considerações que são baseadas a  
967 Fazenda. Eu acredito que seja um cálculo extremamente técnico. Eu queria só fazer  
968 menção ao que o Mark falou, que eu acho que é um ponto muito importante e como está  
969 na legislação do Conselho, que o assunto solo criado tem que passar para a nossa  
970 avaliação e discussão, a colocação de que forma e onde esses recursos estão sendo  
971 colocados. Eu acho que nós aqui devemos mais nos preocuparmos, não tanto pelo  
972 cálculo, desculpem a franqueza, porque realmente é um cálculo complexo, mas como o  
973 colega colocou, onde que esses recursos estarão sendo colocados, conforme a destinação  
974 que já é necessária por lei. Então, considero que a gente tem que usar mais esse espaço  
975 para cobrar da gestão. Então, onde estão indo esses recursos. Então, isso seria  
976 colocação. (Sinalização de tempo esgotado). Até porque no passado a gente falou muito  
977 em entendimento da metodologia, tinha técnicos, o Saffer também é bem sabedor do tema  
978 de que forma vamos usar a metodologia. É frente de quarteirão? Não é frente? É frente de  
979 rua? Tem várias quadras que têm frente para corredores e outras não. Então, isso sempre  
980 foi uma discussão difícil. O que é importante? A gente definir o tema para poder passar  
981 para o segundo capítulo, que é onde esses recursos serão implementados. E tenho a  
982 pretensão de dizer para todos aqui que quem utiliza e muito esse sistema, essa lei do solo  
983 criado, é o meu sindicato, porque o grande número de construtoras usa nos seus



984 empreendimentos maiores. (Sinalização de tempo esgotado). Os colegas arquitetos sabem  
985 que a compra do solo criado só acontece quando o empreendimento tem uma monta  
986 maior, ele tem um tamanho maior. (Sinalização de tempo esgotado). Desculpa, estou  
987 finalizando, Secretário. Então, dizer da gente definir esse valor, se não é a melhor  
988 metodologia, mais definir, isso gera para o mercado uma possibilidade de que os  
989 associados do meu sindicato possam fazer uso desses recursos e esses recursos  
990 realmente entrarem para a Prefeitura. E eu acho que é importante colocar que a gente tem  
991 que ter uma discussão de como esses recursos serão implementados. Por isso que é  
992 importante a gente votar e, obviamente, o meu voto será favorável. Era isso. **Artur Ribas**  
993 **(Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Já houve diversas manifestações, esclarecimentos.  
994 Então, quase que se torna desnecessário, mas verificando o número de expedientes, já  
995 que temos um pouco mais de acesso, mais facilitado, a necessidade de assinatura dos  
996 técnicos, que se comentou. Então, todos os processos solicitados, desses 40 processos,  
997 todos eles têm, tanto do Arquiteto Cláudio Paiva, onde ele é o responsável à época do  
998 gerenciamento dos índices construtivos e também da equipe de avaliação de imóveis, pela  
999 Arquiteta Carla Alexandra. Então, acredito que essa questão possa ser de fácil resolução.  
1000 E também a questão de que, o que a gente está aprovando aqui não é a metodologia de  
1001 cálculo, isso já foi aprovado no passado e a gente está aqui só trazendo alguns  
1002 quarteirões que não constaram no trabalho original, onde estavam lá quase 6.000  
1003 quarteirões. E realmente há necessidade desse sistema do município de que se faça uma  
1004 única vez, para que possa aqui no conselho avaliar os índices construtivos em uma única  
1005 aprovação e a necessidade de fazer alguma implementação nesses softwares para que  
1006 não fique tendo que retornar caso a caso. Então, é mais nessa linha. **Germano Bremm,**  
1007 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
1008 Obrigado, Conselheiro Artur. Sim, eu peço que junto com a equipe corrija esse problema,  
1009 realmente não há necessidade de enviar a cada processo específico o expediente para  
1010 debater. Esse processo foi debatido pelo Conselho do Plano, conforme determina a nossa  
1011 legislação, no Plano Diretor a gente tem a previsão, a obrigatoriedade deste Conselho  
1012 aprovar os valores e de forma semestral. No entanto, a nossa previsão do plano reflete um  
1013 pouco aquilo que previa o Plano Diretor de 99, que com o estatuto da cidade determinou  
1014 que a fórmula de cálculo e a sua atualização tivessem lei específica. Então, foi nesse  
1015 sentido, após um debate neste Conselho, a gente produziu o início desta alteração  
1016 legislativa e levou para essa proposta de lei a fórmula de cálculo que tinha sido aprovada  
1017 no ano de 2001, após um amplo debate deste conselho. Então, a gente transformou na  
1018 legislação que reflete no solo criado. Então, a fórmula de cálculo tem uma previsão de lei,  
1019 a Secretaria da Fazenda nada mais faz que aplicar a fórmula de cálculo e aí se reflete um  
1020 valor para cada quarteirão, divisão territorial do município. Lembrando que nesta  
1021 legislação a gente tem a obrigatoriedade de reavaliação deste conselho de dois em dois  
1022 anos, por ser uma lei específica, uma lei especial, ela revoga a lei geral. Entendeu? Que é  
1023 aquela realidade que se tinha de seis em seis meses prevista no Plano Diretor da cidade.  
1024 É de um tempo de inflação que havia a necessidade de se reavaliar. A gente, então, botou  
1025 uma atualização automática anual, atualização dos valores automáticas, anual e a cada  
1026 dois anos a reavaliação por este Conselho. Na reavaliação que se teve, que foi aprovada,  
1027 no início do ano passado, tivemos a apresentação da Secretaria da Fazenda, a técnica  
1028 Carla veio aqui e trouxe todos os modelos, mostrou a regra de cálculo. Tivemos a  
1029 apresentação pelo Cláudio, da própria UDRE também. Foi quando o conselho cumpriu a  
1030 determinação legal de reavaliar os valores de solo criado de dois em dois anos. Então,



1031 agora que vêm os bairros específicos, é porque não constou na tabela geral, mas se  
1032 trata tudo de forma isonômica, porque não é justo que um território da cidade tenha um o  
1033 valor estabelecido e o outro território da cidade que teria essa disponibilidade não tenha  
1034 esses valores. Isso entra para o poder público, é um recurso aplicado, que a lei  
1035 estabelece, tem um rol taxativo de aplicações e hoje todo recurso que entra vai para o  
1036 fundo de habitação de interesse social, no DEMHAB. Então, foi nesse sentido que veio  
1037 essa proposta de reavaliação dos valores. A gente tem Questão de Ordem. **Felisberto**  
1038 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite  
1039 mais uma vez. Este é um tema que merece uma análise jurídica, porque eu entendo que  
1040 esse acúmulo de processos e sem a possibilidade da gente analisar os bairros,  
1041 apesar como eu já coloquei na minha observação, que é uma fórmula matemática, não é  
1042 isso que está em discussão. Quais são os critérios que embasam e como é tomada a  
1043 decisão para criar essa metodologia, mesmo com a... (Sinalização de tempo esgotado). Já  
1044 estou tô terminando, Secretário. Eu acho que devido ao adiantado da hora esse é um tema  
1045 que merece uma análise jurídica. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**  
1046 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, primeiro, na  
1047 condição de Vice-Presidente eu queria lhe chamar atenção, que o senhor usou vários  
1048 minutos, mas vários mesmo, mais do que é permitido aos conselheiros e fazendo defesa  
1049 do processo, não conduzindo a reunião. Por isso eu peço que desconte esse tempo. A  
1050 minha Questão de Ordem é o seguinte, o depoimento do Artur me deixou mais preocupado  
1051 ainda. Eu já tinha separado aqui, não sei se vai dar para ver, onde aparece que várias  
1052 apresentações e pareceres foram bloqueados aos conselheiros e agora a gente sabe que  
1053 existe uma seleção das informações que nos são fornecidas. Algumas vão, outras não vão.  
1054 Na semana passada eu já pedi o esclarecimento sobre um processo que deveria ter vindo  
1055 um EVU para o Conselho, por força de lei, e foi aprovado à revelia da lei. Não vieram  
1056 informações. Qual é o limite da sua autoridade, do seu exercício de autoridade? Somente  
1057 o Ministério Público pode. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**  
1058 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Lembrando,  
1059 naturalmente, que a gente pode prestar, enquanto Presidente, condutor dos trabalhos  
1060 desta mesa, é minha obrigação poder prestar todos os esclarecimentos e entendo  
1061 contributivo por ter experiência, ter vivenciado todas essas experiências do solo criado.  
1062 Acho bastante contributivo que a gente possa fazer os esclarecimentos. A previsão dos  
1063 processos que tramitam, naturalmente, neste Conselho tem toda uma oportunidade de  
1064 debates, onde estão distribuídos há bastante tempo. É um processo, esse do solo criado,  
1065 que foi distribuído lá, eu acho que foi em 17/06/2020. Não, está há mais tempo. É um  
1066 processo que todos tiveram oportunidade, teve vista, relato, apresentação da empresa do  
1067 planejamento, estamos aqui à disposição, é a nossa obrigação ajudar os conselheiros.  
1068 Então, me parece que todos têm a oportunidade de nos solicitar o apoio. Nesse sentido  
1069 passamos à leitura dos votos. Lembrando que nós temos o parecer favorável do  
1070 Conselheiro Saffer. Consulto a Conselheira Lisiane do DEMHAB, como vota? VOTAÇÃO  
1071 NOMINAL (Parecer favorável do relator): **Lisiane Sartori Fioravanzo Magni (Titular),**  
1072 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlio César Farias de**  
1073 **Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:**  
1074 Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri**  
1075 **de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional –**  
1076 **METROPLAN:** Abstenção. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal**  
1077 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Gisele Coelho Vargas**



1078 (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável.  
1079 Leonardo de Lima Marques (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e  
1080 Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente),  
1081 Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI: Favorável. Darci Barnech  
1082 Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –  
1083 ABES/RS: Contra. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos  
1084 Humanos - ACESSO CDH: Contrária a qualquer posicionamento de encaminhamento que  
1085 não se dê de acordo com o que foi efetuado pelos conselheiros. Sérgio Saffer (Titular),  
1086 Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: (Relator). Emílio  
1087 Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –  
1088 CAU/RS: Contra. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do  
1089 Brasil – IAB/RS: Contrário. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos  
1090 Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Contrário, conforme meu  
1091 parecer. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio  
1092 Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das  
1093 Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Favorável. Mark Ramos Kuschick  
1094 (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Contrário.  
1095 Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:  
1096 Contrário. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento  
1097 Dois – RGP. 2: Contrário. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região  
1098 de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável. Tânia Maria dos Santos  
1099 (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: (Não se encontra na  
1100 sala). Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis  
1101 – RGP. 6: Favorável. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento  
1102 Sete – RGP. 7: Contrária. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de  
1103 Planejamento Oito – RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular),  
1104 Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e  
1105 Ambiental – OP-HOCDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário  
1106 Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Conselheiro Paulo Jorge,  
1107 se o senhor está por aqui, por favor, que se manifeste. Vou fazendo a contagem dos votos.  
1108 Não conseguimos contato com o Conselheiro Paulo Jorge. Se algum conselheiro não se  
1109 manifestou que se manifeste. Então, temos 14 votos favoráveis, 09 votos contrários e 01  
1110 abstenção. Então, nesse sentido que a gente aprova o expediente 4.03 da pauta.  
1111 **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR: Município Porto Alegre,**  
1112 **atualização dos valores do solo criado.** Senhores Conselheiros, são 20h28min.  
1113 Agradeço a oportunidade do convívio, do debate. Peço desculpas pela minha insistência  
1114 com relação ao tempo. Acho que todos têm a oportunidade de manifestar sua  
1115 contrariedade ou entendimento favorável. Este é um conselho democrático, nem sempre a  
1116 gente consegue aprovar todos os expediente, às vezes uns não são aprovados, outros  
1117 são, mas isso faz parte do processo democrático do debate e amadurece sempre tanto a  
1118 equipe técnica na Secretaria, quando este Presidente a partir da contribuição de todos  
1119 vocês. Muito obrigado e uma excelente noite. **(Encerram-se os trabalhos da plenária às**  
1120 **20h30min).**

1121

1122



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1123

1124

1125

1126

1127

1128

---

1129 **Germano Bremm**

---

**Secretária Executiva**

1130 **Presidente**

**Relatora**

1131

1132 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**